

EDUCAÇÃO, DESIGUALDADES RACIAIS E RACISMO INSTITUCIONAL: reflexos na Educação Básica da população negra.

Flávia Gilene Ribeiro

O presente texto, intitulado: EDUCAÇÃO, DESIGUALDADES RACIAIS E RACISMO INSTITUCIONAL: reflexos na Educação Básica da população negra. Tem como principal objetivo promover a reflexão sobre as delimitações da pesquisa e ampliar as possibilidades de reflexão e análise das informações que estão sendo coletadas por intermédio de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito escolar de uma escola pública da rede estadual do estado. Nesta perspectiva oferece uma abordagem sobre o alargamento das desigualdades raciais dentro da sociedade, sobretudo, na educação brasileira em decorrência do racismo institucional, legitimado pelo Estado.

Palavras-chave: Racismo Institucional. Educação. Desigualdades Raciais.

INTRODUÇÃO

Para falarmos sobre educação, sobretudo, educação da população negra, precisamos salientar que o conceito de educação não se limita apenas ao aspecto instrucional, é um conceito mais amplo que traz em si elementos que são construídos histórica e socialmente, ele incorpora os próprios avanços da sociedade moderna.

Este texto se propõe a apresentar partes preliminares de nossa pesquisa que se propõe a levantar, os elementos que implicam na atuação do Racismo Institucional numa escola pública de Cuiabá.

A abordagem qualitativa é o caminho escolhido para esta pesquisa. Não significando que ignoraremos os dados quantitativos, mas considerar que aspectos qualitativos são mais relevantes para a pesquisa em educação. O objetivo central da abordagem qualitativa está voltado à compreensão da realidade vivida pelos envolvidos. Ou seja, não buscaremos quantificar e mensurar os dados, o foco principal é compreender a complexidade de uma realidade particular investigada, os seus significados e, evidentemente sua relação com o contexto social mais amplo. O conhecimento da realidade social, a heterogeneidade dos conhecimentos da sociedade e da natureza e suas relações com o problema posto é o que delimita o trabalho científico.

O foco de estudo escolhido é o ambiente de uma escola pública, escola essa que nos intriga desde o início do ano de 2013, quando passamos a fazer parte do quadro docente. Trata-se de uma escola que está com sua estrutura física fragilizada, com

apenas uma professora do quadro docente na condição de efetiva (que é a própria pesquisadora), com baixo índice do IDEB¹, entre outras fragilidades. Assim, inquietações logo começaram a surgir, questionando o que estava posto.

Logo que chegamos percebemos que não havia bom relacionamento entre direção e funcionários, as coisas aconteciam simplesmente, sem um diálogo embasado em interesses comuns. Percebemos também que, a maioria dos alunos, professores e funcionários é negra, assim como a Direção, também o é. Nunca víamos a presença dessa direção² na sala do educador, cada um fazia o “seu” trabalho e pronto, todos fechados em seu próprio mundo. Como se a escola pudesse sobreviver sem a interação de todos.

Percebíamos ainda, algumas referências entre as práticas de combate ao racismo dentro da escola, entretanto, não eram trabalhadas de forma efetiva, foram tratadas apenas em atividades pontuais, com uma menção ínfima no Projeto Político Pedagógico da escola. Algumas meninas negras, mesmo as bem pequenas, que estudavam nas séries iniciais, mantinham seus cabelos crespos sempre presos, ou alisados. Entre os alunos muitas brigas, muitos xingamentos, muitas palavras de baixo calão, e também, atitudes de discriminação, não apenas raciais, mas também de gênero.

Para a coleta de dados utilizamos a observação de um contexto neste local já definido. Compreendemos que essa será apenas uma parte de um todo muito maior, entretanto, um investigador qualitativo dispense seus esforços considerando essa relação, “a parte escolhida é considerada pelos próprios participantes como distinta e, pelo observador, como tendo uma identidade própria” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 91).

Portanto, nossa pesquisa está subdividida em duas etapas, a bibliográfica, levantando e elegendo os aportes teóricos; a segunda etapa será a pesquisa de campo, que aponta como instrumentos de coleta de dados a observação, análise documental e a entrevista.

Fúlvia Rosemberg em seu texto intitulado: Raça e Desigualdade Educacional no Brasil (1998), afirma que na sociedade brasileira existem desigualdades e preconceitos raciais muito intensos que anteriormente eram amparados pela própria escravidão e posteriormente pelo mito da democracia racial, ou o “racismo cordial”.

¹ Dados obtidos no site do INEP <<http://inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>> e no site do QEDU <<http://www.qedu.org.br/>> acessados em 08/04/2014.

² Neste ano de 2014 tomou posse uma nova equipe gestora.

Afirma ainda, que na América Latina e particularmente no Brasil, a classificação racial se apoia em características fenotípicas e socioeconômicas, ou seja, na passagem da linha da cor, considera também que o “dinheiro embranquece”, a partir de considerações fenotípicas e do status social. Continuando a partilhar com o pensamento de Rosemberg (1998), os negros, pretos e pobres ganham menos que os brancos, enfrentam dificuldades de acesso e permanência escolar, apresentam os piores indicadores, tem menos anos de escolaridade e evidenciam atraso escolar mais significativo que os brancos.

A escola destinada ao alunado negro, mesmo que seja pública, é apontada como um “ambiente hostil”, os livros didáticos evidenciam forte preconceito racial passando por sua desqualificação até a omissão quanto à contribuição do negro na formação cultural do Brasil.

A naturalização da ideia de que os negros ou a população que apresenta uma condição social menos favorecida, não necessitam de uma escola estruturada, eficiente, ou mesmo bonita, é quase um adágio. O fracasso escolar de um modo geral recai ainda sobre o professorado, quando esses são na verdade, apenas a ponta do iceberg, de uma série de complicações a níveis sociais e políticos, com necessidade urgente de intervenção. Pois, as causas da incapacidade da escola oferecer aos seus alunos uma educação de qualidade recaem sobre estruturas muito maiores, que estão para além da escola, sua origem está em outras situações, a níveis estruturais do sistema, e dificilmente são abordados.

DESIGUALDADES RACIAIS

As desigualdades às quais a população negra está submetida têm sua origem no racismo estrutural, sistêmico ou mesmo institucional presente na sociedade brasileira. O racismo é um aprendizado que produz inúmeras desvantagens que geram um acúmulo de condições sociais desfavoráveis no que se refere ao acesso a bens materiais e culturais, além de trabalho, educação e saúde.

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (s/d), em seu texto intitulado “Raça e pobreza no Brasil – a *rationale* dos estudos de desigualdade racial”, referindo-se à relação entre raça e na sociedade brasileira, apresenta ideias consensuais em relação às representações imputadas ao negro, apontando uma constelação de representações, na medida em que situa o leitor sobre os fatos no decorrer do século XX.

O termo constelação é utilizado, com o propósito de expor os dois ganchos de uma mesma representação, sendo a primeira “constelação” ou “sistema de representações sobre o negro”, uma vertente que perdura durante toda a Primeira República estendendo-se até a década de 1940, elencando como primeiro consenso representativo, a inexistência de uma linha de cor; como segundo, a ideia de que a população negra seria uma população que apresenta uma situação “moral e intelectual” deplorável, supersticiosa, doente, envolta em toda a sorte de vícios e, sobretudo, ignorantes³, portanto um povo que estava fora do mundo da cultura e que não tinha “possibilidades de civilização”, por fim, o terceiro consenso é de que existia pouco preconceito racial no Brasil, “existem indivíduos racistas, existem discriminações individuais, mas de modo nenhum o preconceito existe em termos sociais, em termos institucionais” (GUIMARÃES, s/d, p.3). Seria o “preconceito pessoal”, defendido por Paulo Duarte e, posteriormente, por Oraci Nogueira, porém, com a denominação de “preconceito de marca”.

Surge segundo o mesmo autor, uma nova “constelação”, também chamada de “sistema de representação sobre o negro”, o primeiro consenso aqui, se dá no entendimento de que não existem grupos de descendência formados a partir de raças, e sim grupos de cores, de estética e de aparência, ou seja, um sistema de classificação baseada em fenótipos.

Esse consenso imperou durante toda a Segunda República, indo até fins da década de 1960, surgindo nesse ínterim o termo Democracia Racial, assim esse foi:

[...] um período da história do Brasil moderno em que realmente se fez um experimento sério de integração do negro à vida nacional. Esse negro já não é mais visto como a massa moral e intelectualmente inaproveitável, deplorável. Não, essa massa é agora o povo brasileiro, o nosso povo. Ela é integrada de diversas maneiras, ela é integrada, principalmente, através da idéia de afro-brasileiro, da cultura afro-brasileira (GUIMARÃES, s/d, p.5).

Esse consenso alimentou a ideia da Democracia Racial no período descrito, outro consenso que surge nessa época é a de que as desigualdades no Brasil são decorrentes da luta de classes.

O termo não é tanto “classe social”, mas é “classe”. Alguém como Pierson, em 1939, trabalhando na Bahia com as idéias que trouxe de Chicago, usa simplesmente aquela classificação weberiana de classes como grupos abertos,

³ Guimarães assegura que as duas ideias são defendidas por Paulo Duarte (1947), entretanto, a segunda ideia é mais bem promulgada por Nabuco e pelos abolicionistas.

ou seja, fundado sobre relações sociais abertas, para caracterizar o Brasil. Ao observar a sociedade brasileira, diz: não existem grupos fechados em termos raciais. A raça, por definição, seria um grupo fechado, seria um grupo de pertença hereditária, um grupo de descendência, ora isso não existe aqui, então, o que existe aqui não são “raças”, mas classes. Não classes no sentido marxista, mas classes no sentido weberiano, grupos abertos, as pessoas passam a ser brancas, passam a ser pardas, passam a ser morenas, quer dizer, são grupos abertos. Do lado extremo está quem trabalha com um referencial teórico bastante sistemático e esquematizado como o marxismo e que também olha para a sociedade brasileira e diz: realmente o que está acontecendo na sociedade brasileira é um conflito de classes, nitidamente é um conflito de classes, no sentido marxista. Está em formação no Brasil um sistema capitalista, um sistema de formação de um proletariado. Dizer que essas pessoas são negras, tudo bem, é um epifenômeno, é acreditar muito na aparência que tomam os conflitos sociais, na aparência racial. Mas na verdade o que está em jogo, o que está em formação no país é a luta de classes. O exemplo típico dessa posição é o Costa Pinto falando do Rio de Janeiro. As formações raciais no Brasil são epifenômenos, são coisas de quem realmente não entendeu completamente o espírito, a essência da história, o motor da história na sociedade brasileira. O consenso sobre as “classes” é portanto muito forte (GUIMARÃES, s/d p.4).

A partir da década de 1950 e 1960, se consegue formar uma elite intelectual de cientistas sociais, empenhados em estudos sobre as relações raciais. Seus feitos revelaram uma nova fase composta por cerca de quatro descobertas que chocaram. Tais descobertas são identificadas da seguinte maneira, a primeira descoberta é a de que no Brasil existe sim uma linha de cor, e esta linha de cor separa brancos de pardos e negros.

Nas sociedades de diáspora negra há uma linha de cor que segrega as pessoas mais escuras e mantém uma hierarquia, de cores mantendo os mais claros em locais privilegiados. A partir dessa segregação outras hierarquias se estabelecem, valorizando diferente e hierarquicamente as várias identidades de gênero e os vários papéis das pessoas mantendo homens heterossexuais em lugares de privilégio e elementos femininos de vários grupos raciais em situação de inferioridade. A “linha de cor determinará, para todas as pessoas de pele escura, os lugares de maior desvalorização” (GELEDÉS, 2013, p.12).

A segunda descoberta feita por tais estudos indica que há nessa linha de cor uma discriminação institucionalizada, que consubstancia uma desigualdade que se reproduz com o tempo de maneira ampliada, “As desigualdades raciais no Brasil não cessam de aumentar. É mais do que uma permanência, é mais do que um legado, elas aumentam (GUIMARÃES, s/d, p.5)”. Já a terceira descoberta se faz na identificação de que a desigualdade não se deve apenas ao passado, “Ou seja, o sistema educacional

discrimina, o sistema ocupacional discrimina, e o sistema de distribuição de rendimentos discrimina (GUIMARÃES, s/d, p.6)”.

Desvelando finalmente a quarta descoberta, um dos pilares da discriminação e das desigualdades é a educação, ocorre que, considerando a educação um pilar importante, há todo um contexto a ser analisado nesse processo.

EDUCAÇÃO

O Estado Brasileiro buscou construir uma identidade nacional, tal construção foi iniciada ainda no Império, não bastasse a sua criação, havia também, a necessidade de institucionalizar essa criação em questão, para isso foi utilizada uma instituição “Qual deveria ser o mecanismo preferencial de transformação das mentalidades e de criação da integração e do sentimento nacional? A escola. Müller (2011, p. 07)”. A influência que a educação cumpre sobre a vida e a edificação pessoal de cada indivíduo por intermédio da escola é inegável,

Não havia instituição melhor para conformar novos valores morais e hábitos de trabalho e de higiene relativos a uma sociedade que se pretendia ‘moderna’, urbana e industrial, [...] Ademais, naquela época, a escola era uma agência social poderosa, [...] O maior contingente entre os servidores públicos eram de professores, portanto um grupo em condições de difundir essas ideias (MÜLLER 2011, p. 07).

Nesse sentido,

Daí as constantes afirmações de que a nação seria construída a partir do Estado e de suas instituições, uma delas a escola que difundiria o Brasil, seu território, seu clima, sua natureza, sua história oficial e sua população, hierarquizada em raças, como já vimos antes, (MÜLLER, 2011, p. 08).

No Brasil, é a partir do governo Getúlio Vargas, que se adota um processo de redimensionamento do Estado brasileiro, “é a partir de 1930 que se constrói uma obra de engenharia política que cria o moderno cidadão brasileiro, onde o cidadão é sempre lembrado, mas pouco (ou nunca) chamado para se sentar à mesa de discussões, Müller (2011, p. 10)”. Inicia-se um de processo de centralização todas as decisões de condução do país nas esferas econômicas, políticas e, sobretudo, culturais, exclusivamente ao governo, dando um pontapé para que realmente se inicie a institucionalização da identidade nacional nos padrões exigidos pelo governo e pela elite,

É neste período que os livros de História do Brasil passam a divulgar amplamente a história oficial. Não que antes a história oficial não fosse divulgada nos livros didáticos, mas agora havia o poder do Governo Federal a estimular e a financiar a publicação de livros de autores escolhidos a dedo e distribuídos a todos os estados brasileiros. Muitas vezes, a história do país era escrita de maneira distorcida e tendenciosa, com a saudação de eventos como o surgimento do Estado Novo. (MÜLLER, 2011, p. 10).

Assim, um enorme apagamento de tudo o que é intersubjetivo, local e humano, ocorre, pois a identidade nacional vem neutralizando as diferenças e desigualdades, conduzindo ao mito da massa, que instaura a modernidade homogênea, Capelo (2003).

Do ponto de vista histórico, a escola pública se pôs como uma dessas mediações capazes de contribuir no processo constitutivo de subjetividades nacionais, apagando ou ocultando diferenças e desigualdades sociais por meio de controle e regulação dos saberes, fazeres, comportamentos, concepções e especificidades culturais dos diferentes segmentos sociais. (CAPELO, 2003, 109).

Uma missão civilizadora capaz de transformar uma nação inteira se articula então, através de intelectuais brasileiros sedimentando no sistema público o nacionalismo.

A escola foi o meio possível para se introduzir de maneira absolutamente eficaz um mito da identidade nacional, capaz de transformar mentes e ações, pensamos que será também, por meio dela, que se obterá a desconstrução do referido mito, conforme descrito num documento lançado em 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no intuito de corroborar com a aplicabilidade Lei 10639/03,

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (BRASIL, 2004, p. 7).

A atuação de uma escola sobre o desenvolvimento de um indivíduo deveria ser, de maneira tal, que ele pudesse atuar em uma sociedade buscando agir em busca de objetivos coletivos concretizando dessa forma, o sentido mais amplo da Educação.

RAÇA, RACISMO E RACISMO INSTITUCIONAL: ALGUMAS IMPRESSÕES

Ao utilizarmos a palavra “raça” em estudos sobre a complexidade das relações raciais, a mesma apresenta significados que ultrapassam o sentido biológico do conceito de dominação, como foi na Alemanha Nazista, ultrapassando ainda, a ideia de raças superiores e inferiores, originalmente usada do século XIX, sobretudo na Europa. Na atualidade o termo “raça” é utilizado por pesquisadores e estudiosos observando os atuais estudos da genética de que não existem raças humanas. Atribuindo-lhe um “significado político” ou “social”,

‘Raça’ é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que se denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos –, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite (GUIMARÃES *apud* GOMES, 2005, p. 48).

Gomes (2005) aponta que comportamentos e ações resultantes de aversão em relação a outras pessoas baseadas em aspectos físicos configura-se como racismo, que pode vir à tona de maneira individual ou institucional. A afirmação de que somos um país racista é recente! Resultado de uma longa caminhada do movimento negro brasileiro.

Na perspectiva de Geledés (2013) o racismo é também, uma ideologia presente no desenvolvimento e aplicação de políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados, alcançando pessoas e grupos. Sua complexidade é tal que atua nos campos culturais, políticos e éticos. Mantém e estrutura privilégios e hegemonias. Além de ser um sistema organizado em “estruturas, políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores para pessoas e populações a partir de sua aparência atuando em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional” (GELEDÉS, 2013, p.11).

O conceito de racismo institucional foi introduzido em 1967, por ativistas americanos, sendo definido como,

A falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. (CARMICHAEL, S. e HAMILTON, C. BLACK POWER: THE POLITICS

OF LIBERATION IN AMERICA. NEW YORK, VINTAGE, *apud*, GELEDÉS, p. 17).

O racismo institucional é apontado por Geledés (2013) como sendo o modo de organização do racismo patriarcal heteronormativo, subordinando o direito e a democracia, às necessidades do racismo, fazendo desse modo, ou serem precários, ou inexistirem os direitos dos cidadãos, diante de amplas barreiras impostas a indivíduos ou grupos aprisionados aos eixos de subordinação, mantendo a hegemonia branca masculina e heterossexual, mas mantendo também, a intersecção entre todos os eixos de subordinação aprofundando os mecanismos de exclusão, é um conceito que caminha muito próximo ao conceito de vulnerabilidade,

O conjunto de aspectos individuais e coletivos relacionados ao grau e modo de exposição a uma dada situação e, de modo indissociável, ao menor ou maior acesso a recursos adequados para se proteger tanto do agravo quanto de suas consequências indesejáveis. (AYRES *apud* GELEDÉS, 2013, p.19).

A ação do Estado brasileiro da abolição da escravatura se deu no sentido de agenciar a segregação, fazendo uso de suas atribuições legais para reprimir e limitar o acesso da população negra aos mais variados espaços sociais e políticos, não lhes permitindo o acesso ao trabalho, negando-lhes o serviço formal, a educação, a cidadania, o direito ao voto, impedindo-lhes a prática de sua cultura, língua e religião. Legitimando e executando o racismo.

De posse desse conceito, há a possibilidade de visibilidade e de enfrentamento a diferentes fatores de produção de vulnerabilidades as quais fatalmente então envoltas em sua maioria a população negra. Ou seja, ações e políticas institucionais capazes de produzir a vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados pelo racismo, caracterizam o racismo institucional.

O racismo atua por parâmetros próprios, perpetuando privilégios, por isso se justifica “a criação de medidas e mecanismos capazes de quebrar a invisibilidade do racismo institucional, de romper a cultura institucional, estabelecendo novas proposições e condutas que impeçam a perpetuação das iniquidades” (GELEDÉS, 2013, p. 19).

Hierarquias sociais são mantidas através do racismo patriarcal heteronormativo, em três mecanismos ativos em níveis, pessoal (internalizado), estrutural e institucional, “assinale-se que estas três dimensões atuam de modo concomitante e cooperativo para

produzirem o quadro de destituição e exclusão material e simbólica experimentados por pessoas e grupos racialmente subordinados (GELEDÉS, 2013, p. 31)”.

Podemos citar a pesquisa de Paulino (2013), que pesquisou duas escolas em um bairro periférico da cidade de Cuiabá, capital mato-grossense, diferenciando-as em “Escola mais precária” e “Escola menos precária”, o pesquisador constatou que de alguma maneira houve um dispositivo que impediu os alunos negros a frequentarem a “Escola menos precária”. De início a escolha das escolas se deu pela recomendação e apontamentos de pessoas que moravam no referido bairro, cujas falas anunciavam qual seria a “melhor” e qual seria a “pior”, constatou-se que a escola “pior” é a “Escola mais precária” e é onde estavam matriculados a maior quantidade de alunos negros. Involuntariamente, essa questão “da fala” das pessoas em relação à escola “melhor” ou “pior”, nos remete à Elias e Scotson (2000), quando evidenciam a fofoca enquanto meio de inferiorização e rotulação, fomentando generalizações que se espalham como verdade absoluta impedindo os *outsiders* a se manifestarem em favor próprio.

A pesquisa apresenta que a “Escola mais precária” apresentava mais da metade de seus alunos pretos, apresentou também, conflito entre os próprios profissionais que não encaravam a equipe gestora como confiável, indicando que um dos fatores para tal desconfiança, seria a cor da pele da gestora, apresentou ainda, pessimismo pedagógico por parte dos professores e da equipe gestora em relação aos alunos, a renda familiar dos alunos dessa escola também é a mais baixa, o autor relata que boa parte das matrículas que são realizadas nessa escola se dá porque já não havia vaga em outras escolas ou porque é a escola mais próxima da casa dos alunos. O nível de escolaridade familiar também é o mais baixo quando comparado à “Escola menos precária”, ou seja, em todos os aspectos analisados, a “Escola mais precária” sempre esteve com o pior indicador, “os negros, mais do que os brancos, frequentam escolas carentes (ROSEMBERG, 1998, p.83)”.

Diante deste complexo contexto indaga-se: até que ponto conhecemos da intencionalidade dos mecanismos utilizados pelas unidades escolares para superarmos a prática que mantém os negros num cotidiano marcado por ideias de inferioridade a respeito de seu pertencimento, além, de discriminações e preconceitos que perduram no espaço e tempo escolar?

Inúmeras pesquisas⁴ vêm sendo feitas denunciando os piores indicadores em relação à população negra. A sociedade ainda convive com uma miríade de casos de escolas semelhantes às pesquisadas por Paulino (2013), agir com todas as possibilidades para modificar este quadro é uma necessidade premente.

Entendemos a complexidade do trabalho de pesquisa, esse está andamento, observamos que os bairros ao entorno da referida escola apresentam contradições gritantes desde que foram criados ou que surgiram, pois, um dos bairros, onde mora a classe média, foi criado, ao passo que o bairro que a escola atende, foi surgindo através da ação de alguns que vieram e foram “invadindo” o espaço.

A escola atende majoritariamente aos alunos de um determinado bairro, eventualmente atende a alunos de outros bairros, alguns até bem distantes, esse bairro é popularmente conhecido como “Brejinho”, em decorrência dos constantes alagamentos vividos pelos moradores e, até mesmo pela própria escola. Como já mencionamos é um bairro que nasce de uma invasão, assim, apresenta pouca infraestrutura, casas muito modestas, ruas muito sujas, além, de esgotos a céu aberto. Com um forte clima de insegurança constantemente é apresentado nas mídias locais em ocorrências policiais, envolvendo tráfico de drogas, assassinatos, prostituição, entre outros.

A escola está instalada na localidade há 29 anos sua estrutura física e aparência estão fragilizadas, com salas escuras e quentes (apesar de já ter em sua posse aparelhos de ar-condicionado para todas as salas, os mesmos ainda não foram instalados!), com falta de espaço específico para atividades físicas, como uma quadra coberta.

Apesar de contar com 10 salas de aula, que comportam uma demanda de 600 alunos, congregando os períodos matutino, vespertino e noturno, a escola está funcionando apenas no período matutino, com aulas regulares atendendo cerca de 300 alunos e, no período vespertino atende alguns alunos, cerca de 60 através do Programa Mais Educação.

Percebemos a presença do “Estado”, em duas instituições muito próximas à escola, que são um Posto da Polícia Militar e o CAPS (ambos foram construídos em terrenos que faziam parte do lote da escola, mas foram desmembrados para possibilitar tais construções), o Estado está representado nestas instituições de várias formas, mas a que nos intriga no momento é o fato de serem prédios muito modernos, com efetivo substancial, para o pleno atendimento e funcionamento, enquanto a escola está

⁴ Sobre Desigualdades Educacionais (ROSEMBERG, 1998) e (JACOUD e BEGHIN, 2002); sobre Desigualdades Raciais (GUIMARÃES, 2002) e (THEODORO, 2008).

extremamente fragilizada. Ambas as instituições representam e atuam no sentido de remediar determinadas situações já ocorridas. A escola que seria a instituição “preventiva”, sofregamente segue seu caminho. Há muito ainda por fazer, por pesquisar e principalmente, há muito que analisar, e a análise necessita ser feita com cuidado, para que se possa entender um processo, qualquer que seja, a fim de desvelarmos futuramente com o aporte teórico necessário, a realidade dos fatos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília, 2004.

BOGDAN, Roberto C. BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Tradução de Maria Alvarez; Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Batista. Porto: Editora Porto, 1994.

CAPELO, Maria Regina Clivati. Diversidade sociocultural na escola e a dialética da exclusão/inclusão. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados.** São Paulo: Editora Biruta, 2003.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GELEDÉS-INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Racismo institucional: uma abordagem conceitual.** Brasil: 2013.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Raça e pobreza no Brasil – a *rationale* dos estudos de desigualdade racial.** Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Raca%20e%20pobreza.pdf>>, acessado em 15/11/2013.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. **Pensamento Social Brasileiro e a Construção do Racismo.** Cuiabá: EdUFMT, 2011.

ONU. **Combatendo o racismo, promovendo o desenvolvimento.** UNIC-RIO. Design: Ribam, Rio de Janeiro, 2006.

PASSOS, Flávio José dos. **A urgência de um processo de desconstrução do racismo institucional rumo a verdadeira democracia racial.** Disponível em <<http://www.educafro.org.br/site/temas-cidadania.html>> acessado em 18/12/2013.

PAULINO, Carlos Aparecido. **Acesso diferenciado de alunos brancos e negros – Cuiabá-MT.** EdUFMT: Cuiabá, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1998.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil - A trilha do círculo vicioso.** São Paulo: Senac, São Paulo, 2001.

SOUZA, Arivaldo Santos. **Racismo institucional: para compreender o conceito.** Revista da ABPN: v. 1, n. 3 – nov. 2010 – fev. 2011, p. 77-87.

THEODORO, Mário (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008.